

RECLAMAÇÃO Nº 37.695 - SE (2019/0088238-0)

RELATORA : MINISTRA REGINA HELENA COSTA
RECLAMANTE : MARIA APARECIDA DE SANTANA
ADVOGADO : ELIANE REIS MELO DE MEJIAS - SE003295
RECLAMADO : TURMA RECURSAL DO JUIZADO ESPECIAL DO
ESTADO DE SERGIPE
INTERES. : ESTADO DE SERGIPE

DECISÃO

Vistos.

Trata-se de reclamação, com pedido liminar, proposta por **MARIA APARECIDA DE SANTANA**, com fundamento no art. 105, I, *f*, da Constituição da República e na Resolução STJ n. 03/2016, em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Estado de Sergipe, assim ementado (fls. 168/169e):

RECURSO INOMINADO. JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA. DIREITO ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO ESPECIAL POR EXERCÍCIO DA FUNÇÃO. GRATIFICAÇÃO INCORPORADA AO VENCIMENTO BASE E NÃO SUPRIMIDA. LEI Nº 7.820/14. CONTINUIDADE DO PAGAMENTO ACARRETARIA BIS IN IDEM. IMPOSSIBILIDADE. SENTENÇA MANTIDA PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTO. EXEGESE DO ART. 46 DA LEI 9.099/95, APLICADO SUBSIDIARIAMENTE AO RITO DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA, POR FORÇA DO ART. 27 DA LEI 12.153/2009.
RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

A Reclamante alega, em síntese, que o acórdão reclamado contraria a jurisprudência desta Corte.

Aduz que “os fundamentos que adota colidem com o sistema jurídico pátrio em razão de que a administração público, ao arrepio da decisão judicial e do acórdão do TJSE acima referidos, mais uma vez pretende suprimir a GEE, editando a Lei 7.820 de 01/04/2014, restando imperioso destacar que, na esteira do decido na sentença e no acórdão do TJSE, com o advento da Lei nº 2.736/89 ficaram as gratificações, legalmente asseguradas, não podendo a Lei 7.820, de 01/04/2014, desfazer o que determinou a Lei nº 2.736/89, que transformou um ato jurídico, puro e simples, em ato jurídico perfeito” (fl. 9e).

Feito breve relato, decido.

Nos termos da Resolução STJ n. 03/2016, não compete a esta Corte o julgamento das Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

*Art. 1º Caberá às **Câmaras Reunidas ou à Seção Especializada dos Tribunais de Justiça** a competência para processar e julgar as Reclamações destinadas a dirimir divergência entre acórdão prolatado por Turma Recursal Estadual e do Distrito Federal e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, consolidada em incidente de assunção de competência e de resolução de demandas repetitivas, em julgamento de recurso especial repetitivo e em enunciados das Súmulas do STJ, bem como para garantir a observância de precedentes (destaque meu).*

Manejada a presente reclamação já na vigência desse novo regramento, de rigor o encaminhamento dos autos ao tribunal competente.

Nesse sentido as seguintes decisões monocráticas: Rcl 32.764, Rel. Min. Assusete Magalhães, DJe de 18.10.2016; Rcl 32.765, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 14.10.2016; Rcl 32.767, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 10.10.2016; e Rcl 32.769, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJe de 07.10.2016.

Isto posto, nos termos do art. 34, XVIII, do RISTJ, **NÃO CONHEÇO** da reclamação e, nos termos do art. 64, § 3º, do Código de Processo Civil de 2015 e **DETERMINO** a remessa dos autos ao Tribunal de Justiça do Estado de Sergipe.

Publique-se e intime-se.

Brasília (DF), 03 de abril de 2019.

MINISTRA REGINA HELENA COSTA

Relatora